ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
Lei de Criação nº. 372, 13/02/92

OFICIO N.191/GAB/PMMA/2022.

Ministro Andreazza/RO, 25 de agosto de 2022.

À Sua Excelência:
Vereador NILDO LEAL DA SILVA.
PRESIDENTE DA CÂMARA DOS VEREADORES.
Ministro Andreazza-RO.

ASSUNTO: **PROJETO DE LEI - ENCAMINHA**

Exmo. Sr. Presidente,

Usando das atribuições que me são conferidas pela legislação pertinente em vigor, venho, muito respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com a finalidade precípua de encaminhar o Projeto de Lei que **ALTERA O ART. 5º DA LEI Nº1914/PMMA/2019 E CRIA O CARGO DE VISITADOR E ENTREVISTADOR DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E ACRESCENTA O VIII AO §1º DO ARTIGO 15 DA LEI 1.528/PMMA/2016 PARA CRIAR O CARGO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA-PAIF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Certo da compreensão de Vossa Excelência e dos demais Edis que compõem essa Câmara Municipal, vos encaminho o incluso Projeto de Lei, para que o mesmo seja votado em Regime de Urgência Especial, e, na convicção da aprovação do mesmo, desde já, envio votos de elevada estima e reconhecimento.

Atenciosamente,

JOSE ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal.

Recebi em: 25/08/2022
às 09:00 horas

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
Lei de Criação nº. 372, 13/02/92

Ministro Andreazza/RO, 25 de agosto de 2022.

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI N. 085 /PMMA/2022.

Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Vereadores e Vereadoras:

Encaminhamos às Vossas Excelências, com grande honra, para apreciação e votação, junto à essa Câmara Municipal de Vereadores, o Projeto de Lei que :

"ALTERA O ART. 5º DA LEI Nº1914/PMMA/2019 E CRIA O CARGO DE VISITADOR E ENTREVISTADOR DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E ACRESCENTA O VIII AO §1º DO ARTIGO 15 DA LEI 1.528/PMMA/2016 PARA CRIAR O CARGO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA-PAIF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Programa Criança Feliz foi implantado no município de Ministro Andreazza pela Lei nº 1.914/PMMA/2019, atende as famílias com crianças de até 6 anos de idade e exige o trabalho contínuo de servidor visitador e entrevistador das famílias participantes para aferir o cumprimento dos objetivos do Programa.

Este Projeto de Lei visa aumentar a carga horária de cada visitador e entrevistador que receberão remuneração de um salário mínimo nacional.

Também, cria o cargo de chefe do **DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA-PAIF** , este serviço é oferecido em todos os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e tem como objetivo apoiar as famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, para o qual se propõe remuneração de R$1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

Explica-se a pertinência do cargo esclarecendo as suas atribuições:

a)**Compreender a realidade social singular de cada família acompanhada**

Para fortalecer a função protetiva do núcleo e prevenir a ruptura dos vínculos, é necessário identificar as vulnerabilidades e ricos sociais que os permeiam, as potencialidades de cada

indivíduo e do conjunto como um todo, suas formas de organização, sociabilidades e suas redes de apoio.

A leitura crítica da situação vivenciada e a escuta qualificada é que permite o cumprimento do caráter proativo, preventivo e protetivo do PAIF, sendo assim, a realização de um trabalho social que desenvolva os recursos disponíveis em cada aglomeração familiar e que despertem o sentimento de valorização e pertença.

b) **Atualizar o diagnóstico socioterritorial constantemente**

Entender as peculiaridades do território abrangente é parte imprescindível para conhecer profundamente o contexto social das famílias alvos do PAIF. As capacidades, bem como as questões sociais, são "organismos vivos" que se organizam de acordo com as caraterísticas atuais da comunidade, por isso são transitórias e requerem um olhar mais frequente e atento sobre elas.

c) **Realizar busca ativa**

A efetuação de constantes Buscas Ativas é elemento crucial para que o serviço seja ofertado a quem realmente é público dele ou até mesmo para resgatar potenciais usuários que tenham desistido de acessa-lo.

d) **Adotar abordagens e metodologias coerentes aos objetivos do PAIF**

Todas as atividades desenvolvidas devem ter como base o respeito a heterogeneidade dos arranjos familiares, aos ciclos de vida, as questões étnicas, raciais, de orientação sexual, crenças, valores, etc. O cultivo do combate a todas as formas de violência, preconceito, discriminação e de estigmatizarão do indivíduo/família deve ser predominante.

e) **Promover educação permanente para os profissionais**

A viabilização de processos de educação permanente para todos os profissionais do PAIF contribui intensamente para a produção de possibilidades concretas de transformação da realidade, pois o diálogo entre teoria e prática, proporciona oportunidades de conquista e construção de novos conhecimentos que podem sanar as lacunas que se formam na execução diária do serviço.

f) **Fortalecer a prática interdisciplinar entre os profissionais que compõem a equipe de referência do CRAS**

A visão interdisciplinar permite um olhar múltiplo sobre as diversas manifestações de um quadro social, isto é, ela oportuniza a troca de saberes que gera o conhecimento total das necessidades que estão relacionadas à qualidade de vida dos indivíduos em abrangência, ampliando as possibilidades da prática profissional frente a busca da mudança de paradigmas preestabelecidos isoladamente, que não alcançavam todas as complexidades envolvidas.

g) **Articular a rede socioassistencial e intersetorial**

A execução do diálogo constante entre o PAIF com os benefícios, programas e demais serviços socioassistenciais, tanto quanto com outras políticas públicas, é o canal para se romper definitivamente com as abordagens fragmentadas e que não englobam as multifaces das expressões das demandas sociais.

A integração e complementação de ações e setores, constrói caminhos para a otimização de recursos, gera o aproveitamento de oportunidades, faculta a participação dos cidadãos, fomenta o trabalho social e coopera intensamente para a solução efetiva dos anseios e precisões da sociedade, consequentemente, a articulação desses espaços é inerente ao funcionamento e bom desempenho dos diversos aspectos da política de assistência social.

h). **Estimular a Participação Social**

O incentivo constante a participação social é vital à conquista da autonomia e protagonismo das famílias e comunidades. A prática de cidadania plena só acontece quando cada um compreende a importância de sua participação, através de uma postura ética, no exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituição do nosso país. Deste modo, a participação dos usuários no planejamento e avaliação das ações do PAIF é essencial para a efetuação desse processo.

Face ao exposto, o Signatário apresenta este projeto de lei e conclama aos Membros dessa Egrégia Casa de Leis para sua aprovação integral, em Regime de Urgência especial, pois a matéria atende tanto aos interesses do Município quanto da sociedade.

JOSE ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
Lei de Criação nº. 372, 13/02/92

PROJETO DE LEI Nº. 035/PMMA/2022.

ALTERA O ART. 5º DA LEI Nº1914/PMMA/2019 E CRIA O CARGO DE VISITADOR E ENTREVISTADOR DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E ACRESCENTA O VIII AO §1º DO ARTIGO 15 DA LEI 1.528/PMMA/2016 PARA CRIAR O CARGO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA-PAIF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA-RO JOSÉ ALVES PEREIRA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

,

Art. 1º. Fica alterado o Art. 5º da Lei nº1914/PMMA/2019, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º. Fica autorizada a criação de 03 (três) vagas para o cargo em comissão de **Visitador e Entrevistador do Programa Criança Feliz**, cargo de livre nomeação e exoneração, com a remuneração no valor de 01(um) salário mínimo nacional, com as seguintes atribuições:
I - Realizar visitas domiciliares aos beneficiários do programa primeira infância no SUAS;
II - Preencher os instrumentais referentes ao Programa;
III - Orientar ações lúdicas, que envolvam a família cujo objetivos contemplados no Programa as referenciem;
IV-Participar de capacitações, reuniões e atividades sempre que convocados;
V - Referenciar através dos CRAS o público alvo do programa para atendimento nas demais áreas públicas em especial saúde e educação.
VI - Desempenhar outras atribuições afins em conformidade com os normativos aplicáveis.

Parágrafo único. Por se tratar de um Programa Federal mantido pelo Governo Federal os nomeados nas vagas criadas não farão jus ao auxílio alimentação, somente aos benefícios acessórios do próprio salário mínimo conforme estabelecido em Lei Federal.

Art. 2º. Ficam revogados os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e anexo I da Lei nº 1914/PMMA/2019, a partir de 14/10/2022.

Art.3º. Acrescenta o inciso VIII ao §1º do Artigo 15 da Lei 1.528/PMMA/2016 e cria o cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO PAIF, que passará a vigorar com a seguinte redação:

> "**VIII- DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA-PAIF**, cargo dirigido pelo seu chefe, com a remuneração constante no item IV, nível II, do Anexo I e de livre nomeação, conforme §2º desta Lei, com as seguintes atribuições:
>
> a)promover a acolhida, estudo social, visitas domiciliares, acompanhamento familiar, as oficinas com famílias, as ações comunitárias, as ações particularizadas e os encaminhamentos necessários;
> b)compreender a realidade social singular de cada família acompanhada;
> c) atualizar o diagnóstico socioterritorial constantemente;
> d) realizar busca ativa;
> e) adotar abordagens e metodologias coerentes aos objetivos do PAIF;
> f) realizar busca ativa;
> g) promover educação permanente para os profissionais;
> h) articular a rede socioassistencial e intersetorial;
> i) estimular a participação social"

Art.4º. As despesas com os cargos criados no Art. 1º serão custeadas com Recurso Federal do Programa Primeira Infância do SUAS e as despesas com o cargo criado no Art. 3º serão custeadas com dotações provenientes de recurso próprio da Secretaria Municipal de Assistência Social como contrapartida ao PAIF.

Art.5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ministro Andreazza/RO, 25 de agosto de 2022.

JOSE ALVES PEREIRA
Prefeito Municipal

ROSEANE MARIA VIEIRA TAVARES FONTANA
Advogada do Município – OAB/RO-2209

LEI Nº. 1.914/PMMA/2019

"INSTITUI O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ, AUTORIZA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ESTAGIÁRIOS PARA ATUAR JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ALTERA A LEI Nº 1528/PMMA/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA-RO WILSON LAURENTI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica instituído no âmbito do Município de Ministro Andreazza o Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, denominado Programa Criança Feliz.

Art. 2º. O programa de que trata esta Lei possui a finalidade essencial de potencializar a atenção às gestantes, às crianças na primeira infância e suas famílias, em especial, àquelas em situação de vulnerabilidade social e funcionará de acordo com as diretrizes, objetivos e metas do Programa Criança Feliz, instituído pelo Decreto Federal nº 8.869, de 5 de outubro de 2016 e demais normativos aplicáveis.

Art. 3º. O programa terá coordenação da Secretaria de Assistência Social – SEMAS de Ministro Andreazza e será constituído na esfera do Serviço de Proteção Social Básico do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, sendo dele parte integrante.

Parágrafo único. O programa será desenvolvido em caráter intersetorial e integrado, com condução e implementação em regime de responsabilidade compartilhada a partir da articulação entre as políticas públicas das áreas de assistência social, de saúde e de educação, sem prejuízo da interligação e conexão com os demais campos que tenham afinidade com o tema.

Art. 4º. São objetivos do programa:

I – promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil na primeira infância;

II – apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais;

III – colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade;

IV – mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem;

V – integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias.

Art. 5º. Fica autoriza a criação de 04 (quatro) vagas para estágios de estudantes, que atuarão como visitadores do Programa Criança Feliz.

Parágrafo único. Será concedida bolsa aos estagiários no valor de R$ 25,00 (vinte reais) a hora, limitada a carga horária a 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, totalizando R$ 750,00 (seiscentos) reais mensais.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar processo seletivo simplificado para a seleção dos estagiários que atuarão junto ao Programa Criança Feliz.

Parágrafo Único. Para fins de viabilização da seleção e classificação dos candidatos será constituída comissão, por ato do Executivo Municipal.

Art. 7º. As especificações das atribuições do cargo, categoria funcional, requisitos para provimento e condições de trabalho dos Estagiários Visitadores do Programa Criança Feliz estão elencadas no anexo I desta Lei, e passam a integrá-la para todos os fins.

Art. 8º. O período máximo de duração do estágio será de 02 (dois) anos, conforme determina a Lei Federal nº 11.788/2008.

Art. 9º. O contrato firmado, de acordo com os termos desta Lei, extinguir-se-á sem direito à indenização:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado;

III - por conveniência da Administração;

IV - quando o contratado incorrer em falta disciplinar;

V - pelo término do Programa.

Art. 10. O art. 15, § 1º, inciso II da Lei 1528/PMMA/2016 passa a vigorar acrescido da alínea "e", com a redação que segue:

"Art. 15 (. . .)

§ 1º (. . .)

II (. . .)

e) Exercer as atribuições de Supervisor do Programa Criança Feliz."

Art. 11. As especificações das atribuições do cargo, requisitos para provimento e condições de trabalho dos Supervisores do Programa Criança Feliz estão elencadas no anexo II desta Lei, e passam a integrá-la para todos os fins.

Art. 12. O Poder Executivo criará, por ato próprio, o Comitê Gestor do programa o qual terá a atribuição de apoiar o planejamento e articulação de suas ações.

Art. 13. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias disponibilizadas para a efetivação do programa.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei, no que for necessário à sua fiel execução.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ministro Andreazza/RO, 26 de março de 2019.

WILSON LAURENTI
Prefeito Municipal

MARCUS FABRÍCIO ELLER
Advogado do Município – OAB/RO 1549

ANEXO I.

Cargo/Vaga	Requisitos Mínimos	Número de Vagas	
		Quantidade	Total
Estagiário Visitador	Estar cursando Nível Superior; Idade mínima de 18 anos.	04	04
Atribuições: I - Realizar visitas domiciliares aos beneficiários do programa primeira infância no SUAS; II - Preencher os instrumentais referentes ao Programa; III - Orientar ações lúdicas, que envolvam a família cujo objetivos contemplados no Programa as referenciem; Participar de capacitações, reuniões e atividades sempre que convocados; IV - Referenciar através dos CRAS o público alvo do programa para atendimento nas demais áreas públicas em especial saúde e educação. V - Desempenhar outras atribuições afins em conformidade com os normativos aplicáveis.			

ANEXO II.

Cargo/Vaga	Requisitos Mínimos	Número de Vagas	
		Quantidade	Total
Supervisor	Ensino Superior Completo; Idade mínima de 18 anos.	01	01

Atribuições:

I - operacionalizar o Programa Primeira Infância no SUAS, por meio da organização das atividades das suas instâncias decisórias e técnicas, da articulação entre os parceiros das políticas setoriais locais e da disseminação das decisões e encaminhamentos realizados nessas esferas;
II - figurar como ponto de apoio do(a)s Educador(es/as) Sociais, apoiando o trabalho das visitas, orientando e estimulando as reflexões conjuntas acerca das demandas provenientes das famílias atendidas;
III - fazer a interlocução do programa com as instâncias de gestão, notadamente o Comitê Gestor e a Coordenação do programa no âmbito do Estado;
IV - articular-se com as diferentes áreas para a instituição e composição do Comitê Gestor e do Grupo Técnico Municipal e apoiar seus trabalhos;
V - coordenar procedimentos para regulamentação do Programa em seu âmbito;
VI - disponibilizar orientações e outros materiais sobre o Programa adicionais àqueles disponibilizados pela Coordenação Nacional e Estadual, quando necessário;
VII - manter permanente articulação com as áreas que integram o Programa em âmbito local, com Comitê Gestor e com o Grupo Técnico Municipal/Distrital, de modo a assegurar alinhamento e convergência de esforços;
VIII - manter articulação com o Comitê Gestor Municipal visando a elaboração do Plano de Ação do programa em seu âmbito;
IX - coordenar a integração entre as diferentes áreas que compõem o Programa, visando a implantação do Plano de Ação e o monitoramento das ações de responsabilidade do Município/DF;
X - articular-se com a Gestão Municipal da Assistência Social e das demais áreas que integram o Programa em âmbito local para a realização de seminários intersetoriais e outras ações de mobilização;
XI - divulgar o programa em âmbito local para a rede e para as famílias;
XII - mobilizar o debate intersetorial e a sensibilização de diferentes setores para participação e apoio ao Programa, inclusive gestores municipais, conselhos setoriais e de direitos, coordenadores do Cadastro Único e do Bolsa Família e outros;
XIII - acompanhar a implantação das ações do Programa de sua responsabilidade, considerando, dentre outros aspectos, as orientações, protocolos e referências metodológicas e para a elaboração do Plano de Ação disponibilizadas pela Coordenação Nacional;
XIV - coordenar a realização de diagnóstico local sobre a Primeira Infância, com informações de diferentes políticas e contemplando, necessariamente, aquelas que versem

sobre o público prioritário;
XV - apoiar o processo de territorialização das famílias que compõem o público prioritário das visitas domiciliares, apoiar os trabalhos do Comitê Gestor e a busca ativa;
XVI - articular com a Gestão da Assistência Social a composição da equipe das visitas domiciliares (visitadores e supervisores) e sua participação nas ações de capacitação e educação permanente desenvolvidas pelo Estado/União;
XVII - apoiar a participação dos supervisores e visitadores nas ações desenvolvidas pelo Estado para a capacitação dos supervisores e visitadores;
XVIII - planejar, em articulação com o Comitê Gestor, ações complementares de capacitação e educação permanente;
XIX - assegurar o registro das visitas domiciliares e implantar ações de monitoramento do Programa de acordo com diretrizes nacionais;
XX - desempenhar outras atribuições afins.

Este texto não substitui o publicado oficialmente em 29/03/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 384/PMMA/2.003

LEI N º. 1.528/PMMA/2016.

"REORGANIZA A ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA-RO., NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NO ART. 32, § 1º, INCISO II, LETRAS "A", "B", "C" e "D", DA LEI ORGÂNICA, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Reorganiza a Estrutura Político-Administrativa e Organizacional da Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza, através de seus órgãos, desenvolverá os objetivos básicos, podendo ser modificada por Lei, mediante a criação, transformação, ampliação, fusão ou extinção dos mesmos e/ou das unidades de trabalho, sempre que se faça necessário, passa a ser constituída na seguinte forma:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 2º. O Poder Executivo do Município de Ministro Andreazza é exercido pelo Prefeito, a quem compete gerir com o auxílio dos titulares de órgãos constantes da Estrutura Organizacional Básica, a Administração Pública Municipal.

Art. 3º. Compete privativamente ao Prefeito:

a) representar o Município em juízo ou fora dele;

b) sancionar e promulgar as leis aprovadas pela Câmara e expedir Decretos e Regulamentos para sua fiel execução, publicando-os na forma da Lei;

c) vetar os Projetos de Leis, total ou parcialmente;

d) enviar à Câmara Municipal o plano plurianual do Município;

e) dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública Municipal na forma da Lei;

f) prestar, anualmente, à Câmara Municipal, dentro do prazo legal, as contas do Município referentes ao exercício anterior;

g) prover e extinguir cargos, empregos e funções públicas municipais na forma das Leis Orgânica, Constituição Estadual e da Constituição Federal;

CAPÍTULO VI

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 14. A Secretaria Municipal de Saúde é o Órgão dirigido pelo Secretário(a) Municipal, Cargo em Comissão de livre nomeação e exoneração por Decreto, com a Remuneração constante de Lei Específica, vedada a acumulação com a Remuneração Básica, com as seguintes atribuições e competências:

a) promover as atividades relativas a execução de programas de saúde que visem o bem estar da população;

b) promover as campanhas de educação sanitária e de medicina preventiva;

c) efetuar, através dos postos de saúde, a triagem dos casos para a concessão de assistência médica e odontológica;

d) desenvolver as atividades integradas com o sistema federal e estadual de saúde;

e) promover a interdição de estabelecimentos comerciais e industriais cujas condições de higiene justifiquem a medida;

f) gerir o fundo municipal de saúde, bem como adotar as providências das decisões do conselho municipal de saúde.

Parágrafo ùnico. A Secretaria Municipal de Saúde e o Fundo Municipal de Saúde compõe-se dos Órgãos, Cargos em Comissão e Funções Gratificadas de livre nomeação e exoneração , imediatamente subordinados ao Titular, de acordo com a Lei Municipal específica que Reorganiza o Fundo Municipal de Saúde que passam a ter os valores da remuneração constantes do Anexo da Lei Específica,

CAPÍTULO VII

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 15. A Secretaria Municipal de Assistência Social é o Órgão dirigido pelo Secretário(a) Municipal, Cargo em Comissão de livre nomeação e exoneração por Decreto, com a Remuneração constante da Lei Específica, com as seguintes atribuições e competência:

a) coordenação, acompanhamento e desenvolvimento de ações integradas que proporcionem à pessoa humana a superação de situações impeditivas para uma vida digna e justa, através da implementação da política de ação social;

b) adoção de medidas que promovam o atendimento das demandas por trabalho junto as entidades de classes e demais órgãos do município e do estado;

c) promover estudos, pesquisas, levantamentos, avaliações e análises técnicas pertinentes a ação social e ao trabalho;

d) fomentar a implantação de serviços comunitários em parceria com os órgãos setoriais e organizações representativas;

e) propor, coordenar, acompanhar e avaliar a política de assistência social ao idoso, do portador de deficiência, da família, dentre outras em consonância com a política estadual e federal, conforme lei orgânica de assistência social nº. 8.742/93;

f) incentivar e apoiar a criação de entidades voltadas para a assistência social;

g) coordenar, acompanhar e avaliar os programas e projetos voltados a geração de emprego e rendas, educação profissional, intermediação de mão de obra e relações de trabalho, em parceria com outros órgãos de forma a assegurar a consolidação de uma política de trabalho;

h) o secretário municipal de assistência social em conjunto com o prefeito municipal poderá abrir e encerrar conta para depósito, solicitar saldos, extratos e comprovantes das contas, das aplicações financeiras e operações de crédito, emitir comprovantes, efetuar resgates de aplicações financeiras, saques, transferências, pagamentos de poupanças, de conta corrente e aplicações financeiras, sempre por meio eletrônico, consultar contas e aplicações de programas de repasse de recursos, liberar arquivos de pagamento no gerenciador financeiro de todas as contas bancárias de titularidade do fundo municipal de assistência social.

i) demais atividades pertinentes e afins da secretaria.

§ 1º A Secretaria Municipal de Assistência Social, compõe-se do seguintes Órgãos:

I - COORDENADOR DO CADASTRO ÚNICO DOS PROGRAMAS SOCIAIS E BOLSA FAMÍLIA, que será dirigido pelo seu coordenador, com as atribuições abaixo:

a) cadastrar as população de baixa renda;
b) cadastrar e controlar os beneficiários do Programa Bolsa Família;
c) atuar de acordo com a legislação dos Programas;
d) exercer atribuições correlatadas.

II - SEÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS que será dirigido pelo seu chefe, com as atribuições abaixo:

a) coordenar a execução dos programas sociais;
b) recepcionar e ofertar informações sobre os Programas Sociais as família;
c) mediar os processos grupais, próprios dos serviços de convivênvia e fortalecimento de vínculos, ofertados nos Programas Sociais.
d) executar atribuições correlatas.

III - SEÇÃO DO ABRIGO que será dirigido pelo seu chefe, com as atribuições abaixo:

a) coordenar as atividades do abrigo municipal;
b) zelar para que os abrigados recebam o amparo previsto na legislação durante o período que estiverem sob a proteção do abrigo.
c) exercer atribuições correlatadas.

IV- COORDENADOR DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, que será exercido pelo seu coordenador, com as atribuições abaixo:

a) coordenar e responder dentro das competências da profissão de Serviço Social, os Programas Habitacionais, Conselho Tutelar, Abrigo Municipal, Benefícios Eventuais, Bolsa Família, Ação Social, Educacional, Idosos, Criança e Adolescente e de Saúde;
b) assessorar os Secretários Municipais de Assistência Social, no planejamento, solicitações de convênios e prestação de contas dos programas de Ação Social;

c) coordenar os trabalhos de Assistência Social, junto aos munícipes em situação de vulnerabilidade;

d) emitir laudos técnicos que se fizerem necessários para atender a Administração Municipal.

V- COORDENADOR ORÇAMENTÁRIO, que será exercido pelo seu coordenador, com as seguintes atribuições:

a) controlar o orçamento e tramitação de processos da SEMAS
b) elaborar projetos básicos, termo de referência;
c) exercer as funções correlatas.
d) planejamento, coordenação, assessoramento, administração das atividades orçamentária e patrimonial do Fundo Municipal de Assistência Social- FMAS;
e) acompanhamento, controle e avaliação de todas as aplicações da gestão do Fundo Municipal de Fundo Municipal de Assistência Social- FMAS;
f) acompanhamento de Convênios, Prestação de Contas e Relatório Anual de Gestão.

§ 2º. Os cargos constantes nos incisos do § 1º, deste artigo são de livre nomeação e exoneração, em Comissão ou Função Gratificada, por Decreto ou Portaria, com a remuneração constante do Anexo I, salvo aqueles que por Lei específica exigem nomeação de servidores efetivos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

Art. 16. A Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer é o Órgão dirigido pelo Secretário(a) Municipal, Cargo em Comissão de livre nomeação e exoneração por Decreto, com a Remuneração constante da Lei Específica, vedada a acumulação com a Remuneração Básica, com as seguintes atribuições e competências:

a) promover a execução de programas desportivos e de lazer, de interesse da população;

b) elaborar, coordenar e executar programas desportivos e recreativos, para maior desenvolvimento do esporte, em suas diversas modalidades, atendendo as diferentes faixas etárias;

c) promover o desenvolvimento cultural, através do estímulo ao cultivo das ciências, das artes e das letras;
d) proteger o patrimônio cultural, artístico e histórico do município;

e) elaborar, coordenar e executar programas culturais e artísticos;

f) executar outras competências correlatas.

§ 1º A Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, compõe-se do seguintes Órgãos:

I – DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER, Nível II, órgão dirigido pelo seu Chefe, que poderá ser acumulada com os vencimentos caso seja servidor efetivo, com as seguintes atribuições:

a) Dirigir a execução de programas desportivos e de lazer, de interesse da população;
b) Dirigir, elaborar, e executar programas desportivos e recreativos, para maior desenvolvimento do esporte, em suas diversas modalidades, atendendo as diferentes faixas etárias;
c) Exercer atividades correlatas.

§2º. O cargo constante do inciso I do §1º, deste artigo é de livre nomeação e exoneração, em

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
Lei de Criação nº. 372, 13/02/92

ANEXO I

ORDEM	DENOMINAÇÃO DO CARGO	VERBA DE REPRESENTAÇÃO
I .	ASSESSOR JURÍDICO	R$ 5.562,14
II.	SUPERINTENDENTE- CHEFE DA SUPEL	R$ 3.000,00
III.	PREGOEIRO	R$ 2.400,00
IV.	CHEFE DE DEPARTAMENTO , Nível II	R$ 1.800,00
V.	CHEFE DE DEPARTAMENTO, Nível I	R$ 1.400,00
VI.	CONTROLADOR DE COMBUSTÍVEL	R$ 1.350,00
VII.	COORDENADOR	R$ 850,00
VIII.	DIRETOR DE DIVISÃO	R$ 700,00
IX.	CHEFE DE SEÇÃO	R$ 600,00
X.	CHEFE DE SETOR	R$ 400,00
XI.	CONTROLADOR DO MUNICÍPIO	R$ 2.800,00